

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DELAIR TARAKOSKI CARDOSO

A INCLUSÃO E OS RECURSOS OFERECIDOS AOS
PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
NO ENSINO REGULAR

CURITIBA
2013

DELAIR TARAKOSKI CARDOSO

A INCLUSÃO E OS RECURSOS OFERECIDOS AOS
PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
NO ENSINO REGULAR

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof.^a Diana Gurgel Pegorini

CURITIBA
2013

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus pela força, aos meus familiares pelo apoio e a todos que de forma direta e indireta puderam contribuir para o meu aprendizado e formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por estar sempre ao meu lado, mesmo nos momentos distantes.

Aos familiares por todo o apoio dedicado e pela compreensão nos momentos de ausência.

A orientadora Diana pelo tempo e paciência dedicado.

Aos demais tutores, por toda a ajuda nos momentos de dúvidas e no esclarecimento das mesmas.

Agradeço aos funcionários do Polo de Colombo, UFPR do Jardim Botânico e Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima pela atenção dispensada.

Agradeço aos novos amigos do curso, pelo companheirismo e pelo acolhimento do grupo.

RESUMO

O final do século XX e o início de um novo milênio, vivem sob transformações paradigmáticas. O modernismo cede espaço ao Pós-Modernismo. O mundo vive sob a égide do paradigma Pós-Moderno mudando o perfil de todas as áreas de atividades humanas, influenciando a Ciência, Tecnologia, Humanidades, Artes, Literatura, Administração, Matemática, Filosofia entre outras. Os paradigmas representam as estruturas filosóficas, éticas e morais que orientam a sociedade humana no decorrer de sua história. A mudança de paradigma significa crescimento, evolução sociocultural, econômica, política, artística, científica e tecnológica. O paradigma que afiança a construção de uma escola voltada à formação de cidadãos, via gestão democrática, na qual a autonomia, a participação e a emancipação afiguram-se com fundamentos baseiam-se numa concepção educacional derivada de um poder respaldado nas esferas de responsabilidade. Um paradigma que trata das ideias e dos valores assumidos coletivamente e que representa o cenário da sociedade que temos e que queremos essas mudanças exercem influência diretamente no tratamento das pessoas com necessidades educativas especiais. Essas pessoas, que hoje são vistas como à luz da diversidade humana e do exercício da cidadania. Por isso diante de tantas mudanças, faz-se necessário uma reorganização administrativa de verificação de quais e qual o valor dos recursos destinados ao setor de Educação Especial, pois a partir daí, é que haverá a condição “necessária” para se dar início e garantir a modernização e a melhoria da qualidade de serviços prestados por ela, nesse contexto, de inclusão e de necessidades de aperfeiçoamento permanente na qualidade de ensino nas escolas, bem como pessoal, recursos e estruturas físicas adaptadas para os alunos com necessidades educativas especiais, fato que está aumentando cada vez mais. Os dirigentes devem tomar uma posição de grande responsabilidade, pois eles são gestores e os responsáveis pela transformação necessária para o fortalecimento do caráter de humanização e introduzir novos conceitos relacionados à estrutura, gestão e atendimento e recursos necessários e adequado para o atendimento com qualidade para esta clientela.

Palavras-chave: Paradigmas. Inclusão. Gestão Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA	7
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	8
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	8
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	10
3. METODOLOGIA.....	14
4. A ORGANIZAÇÃO	16
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:	16
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	17
5. PROPOSTA.....	18
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	18
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	18
5.3 RECURSOS	19
5.4 RESULTADOS ESPERADOS.....	19
5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS.....	20
6. CONCLUSÃO.....	21
7. REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

Está aumentando cada vez mais o número de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Por isso faz-se necessário que as escolas estejam preparadas e ofereçam um atendimento educacional especializado, garantindo que os mesmos sejam reconhecidos e atendidos de acordo com as particularidades de cada um, em um espaço que seja organizado, com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais especializados para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Os sistemas de ensino devem assegurar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, nenhum sistema de ensino poderá impor uma homogeneidade ou normalidade ideal.

Verificamos que através de observações e acompanhamento dos trabalhos realizados no Colégio Estadual Professora Angelina Annamaria Cômulo do Prado no Município de São José dos Pinhais, no atendimento oferecido a alunos com necessidades educativas especiais, ainda tem-se muito a melhorar, pois faltam recursos, materiais necessários, espaço físico, recurso pessoal, dentre outros (convênios, ajuda comunidade e empresas) para que essas dificuldades sejam sanadas e que realmente haja uma inclusão que possa suprir as necessidades que o aluno realmente necessita.

Cabe ao gestor oferecer condições adequadas de acordo com a realidade da escola, bem como propor situações (eventos, festas, programas de qualidade de ensino, trabalhos de utilidades públicas para a comunidade) envolvendo a comunidade em geral, para que essa, aponte os pontos positivos e negativos, tendo em vista suas características sociais, culturais e econômicas diferenciadas. Os gestores e a comunidade também têm a obrigação e direitos de exigir do Município, que com o apoio dos Estados e da União, estimulem e facilitem a destinação de recursos para os setores de educação.

1.2 Objetivo Geral do trabalho

Verificar como está à inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no Colégio Estadual Professora Angelina Annamaria Consolo do Prado no Município de São José dos Pinhais, quais são as necessidades e dificuldades apresentadas, observar se a escola possui estrutura, espaço físico adaptado, materiais didáticos, quais são os recursos oferecidos e quais órgãos contribuem financeiramente para suprir as necessidades da escola. Apresentar para a escola propostas que mostrem a importância de envolver todos os segmentos: governamentais, entidades, famílias, a comunidade em geral, e o município para arrecadar fundos para a melhoria da escola e até mesmo verificar a viabilidade de se buscar parcerias com Associações, Organizações não governamentais e Instituições conveniadas ao governo para o atendimento especializado.

1.3 Justificativas do objetivo

Diante deste cenário educacional, um dos grandes desafios das escolas hoje, é descobrir como fazer com que a inclusão realmente aconteça; muitos questionamentos são feitos, por exemplo: como irão receber em salas de aula essa diversidade tão heterogênea de alunos, quais serão os recursos destinados para o atendimento dessa clientela, as verbas são escassas para o atendimento de alunos ditos “normais”, quais serão os recursos e qual o valor destinado a mais, pois cabe ao gestor inteirar-se sobre tudo que está disponível e a fonte de recursos para o atendimento das necessidades, a qual exige diferentes materiais e adaptações necessárias, espaço físico e mudanças na estrutura da escola para poder receber esses alunos com as necessidades que se fazem presentes (cadeirantes, cegos).

Esse é o grande desafio e a maior preocupação da escola, conseguir recursos destinados para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

Mas agora é chegada a hora, a educação inclusiva é lei, nenhuma criança poderá ficar excluída da escola regular. Percebe-se que para a inclusão dar certo, há necessidade de que toda comunidade escolar esteja envolvida nesse trabalho, mas sozinha, será muito difícil, por isso a necessidade de amarrar todos os segmentos

nessa luta, buscando recursos para não só atender, mas oferecer todos os recursos necessários para uma educação com qualidade, em que os gestores estaduais e municipais devem além de administrar, também fiscalizar parcerias com instituições especializadas e a aplicação dos recursos recebidos do governo federal.

2. Revisão teórico-empírica

Segundo o Art. 205 da Constituição, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família; será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já no Art. 206, diz que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A Declaração de Salamanca, 1994, afirma que todas as crianças têm necessidades e aprendizagens únicas, têm direito a ir à escola de sua comunidade, com acesso ao Ensino Regular, e os Sistemas Educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

Declaração de Salamanca – 1994.

Com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais, o Ministério da Educação implementa uma política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional. Atendendo as necessidades educacionais especiais e respeitando seus direitos, a Sala de Recursos Multifuncionais favorecerá o processo de inclusão educacional, trabalhando com alunos em turno inverso ao ensino regular à que estão matriculados, orientando pais e professores.

As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

De acordo com o Parecer CNE/CEB número 17/2001:

[...] Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados que proporcionem ao aluno meio para o acesso ao currículo.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, Resolução CNE/CEB no 2/2001, no artigo 2º determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em seu documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 998/2007 entregue ao ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular com participação; e buscar junto aos segmentos, recursos financeiros para garantir a aprendizagem com qualidade, dando continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC/SSESP, 2001).

Em suas diretrizes, aponta a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades realizando o atendimento educacional especializado, disponibilizando os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação dos alunos e está organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e devem ser realizado no turno inverso ao da classe comum, por professores especializados, de preferência na própria escola ou nos centros de atendimento especializados, antigas escolas de educação especial. (MEC/SSESP, 2001).

Scaldeferri e Guerra, (2002) relatam que o que se observa no cenário educacional atual de atenção às diversidades, de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, é que os professores, sobretudo aqueles da rede pública, muitas vezes não conseguem perceber que o

aluno apresenta algum tipo de problema de aprendizagem, porém, se veem perdidos, pois não há recursos financeiros para que tenha na escola materiais específicos para testes e profissionais especializados contratados, que possam realizar uma avaliação mais precisa, para verificar e orientar a real necessidade do aluno e quais recursos didáticos e materiais que poderiam melhor ajuda-lo.

Mas, sabemos que alguns professores não possuem a formação específica para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais, e hoje, a escola está repleta de alunos com tais necessidades. Por isso necessita também, de recursos administrativos destinados também para essa área de qualificação e formação continuada aos professores para atenderem essa demanda com a qualidade de ensino que necessitam.

Pensar e construir uma escola é, essencialmente, colocar em prática uma concepção política e uma concepção pedagógica que se realimentam e que se corporificam na sua Proposta Político Pedagógica. Concepção política, porque é ela que promove a ação transformadora da sociedade e pedagógica porque ela é substrato da função escolar. (Bordignon In:Ferreira & Aguiar, 2000, p. 154).

Embora no Brasil, apesar de tanto os direitos do cidadão – à vida, à saúde, à educação, à moradia – quanto os direitos civis – liberdade, igualdade jurídica, justiça – o que se refere à grande parcela da população é uma rede de ensino precária em todos os sentidos. Não chegando a atender a todos que necessitam.

A educação escolar, por consequência, não confere cidadania ao sujeito que dela esteja excluído. Ao contrário, esta é resultado da própria prática política, de lutas e de inconformismos sociais. A educação dos excluídos dá-se, sobretudo, nas lutas e nas reivindicações.

O que importa ressaltar é que a relação entre educação e construção de uma nova ordem política não é a intervenção de educadores e políticos, mas trata-se de uma relação que faz parte de um movimento maior de interpretação dos processos de constituição das sociedades modernas, (ARROYO, apud BUFFA, 2000).

É possível perceber em todos os autores uma visão comprometida com o social, num discurso contextualizado, envolvendo toda a comunidade escolar na busca de uma escola moderna, com qualidade de ensino e recursos administrativos que possa atender a toda clientela.

A unanimidade está presente ao indicar a necessidade da construção de uma nova escola, construída a partir da existente, coletivamente, com concepção política e pedagógica. Escola pública de qualidade e autônoma, que permita ingresso e permanência de todos, sem qualquer distinção. Educação que privilegia a participação ativa, a construção da cidadania, vivência democrática, responsabilidade, compromisso e relações interpessoais sadias, que contemplam valores e atitudes de cooperação e solidariedade.

Democracia e cidadania são conquistas indissociáveis, decorrentes de construções coletivas que objetivam a transformação da realidade, da situação presente para a desejada.

A gestão pública depende da dimensão legal e institucional, e em parte tem vida própria, conforme os autores Granjeiros e Castro (1996, p.215), “a administração pública é efetiva ou não, e é eficiente ou não dependendo da capacidade e gestão nela existente”.

A boa gestão é aquela em que os objetivos estão definidos com clareza, possui os recursos humanos adequados para as tarefas a serem executadas, são estabelecidos as estratégias adequadas ao objetivo proposto, motiva o pessoal e cobra os resultados, os autores (Granjeiros e Castro, 1999) relatam que a gestão deficiente no setor público ocorre pela falta de indicadores de desempenhos claros, ênfase no controle de processos e não dos resultados, na ausência de uma prática de avaliação constante no desempenho individual e dos resultados alcançados. A superação das formas tradicionais de ação estatal, implica descentralizar e redesenhar estruturas, dotando-as de inteligência e flexibilidade, e a preocupação em desenvolver modelos gerenciais para o setor público capazes de gerar resultados, bem como a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação política.

3. Metodologia

Diante da realidade que cerca as escolas no momento, e é direito de todos, a educação, e educação com qualidade, percebe-se que as escolas não estão preparadas estruturalmente e financeiramente para trabalhar com a inclusão. Não são destinados recursos financeiros para suprir as necessidades com materiais, adaptações, espaço físico adaptado, ou seja, faltam muitos recursos para atender as necessidades dos alunos especiais nas escolas de ensino comum.

Em um primeiro momento foi realizada análise documental, onde encontrou-se informações sobre o histórico da escola, através das observações, pesquisas e entrevistas realizadas no Colégio Estadual Professora Angelina Annamaria Consolo do Prado, foi possível gerar dados significativos, permitindo analisar e descrever as necessidades e os recursos para atender essa demanda, haja vista que não há um envolvimento efetivo da comunidade escolar com órgãos públicos para buscar melhorias para a escola.

Em um trabalho coletivo com os professores e funcionários da escola, foram feitos alguns levantamentos das necessidades e pesquisas de natureza descritiva sobre o funcionamento da escola e as dificuldades encontradas, bem como foram coletadas sugestões para melhoria da mesma. Foram levantadas questões e proposto um envolvimento da comunidade, buscando apoio de alguns órgãos, como a Câmara de Vereadores, para repassar as dificuldades da escola e quais são as necessidades no momento. A coleta de dados abordou assuntos que remetem a reflexão e compreensão do mundo atual, incluindo movimentos de melhoria de qualidade de vida e dificultadores do bem estar comum.

Houve um avanço na escola que seria a abertura de uma Sala de Recursos Multifuncional para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Mas constatou-se que faltam recursos, materiais pedagógicos e materiais adaptados, estes que são de suma importância para a qualidade e desenvolvimento significativo.

Como sabemos, este processo é lento, ainda mais quando envolvemos órgãos públicos, as colocações foram feitas, e para as situações se agilizarem depende de várias pessoas e das suas aprovações. Mas as dificuldades são muitas, então enquanto aguardamos retorno dos órgãos públicos, não podemos ficar de braços cruzados. Este foi um dos pontos trabalhado dentro da escola, pois todos

que sabem da dificuldade e são os mais envolvidos é que devem fazer a diferença. A reflexão é muito importante, a consciência de que cada um pode fazer a diferença. Essa reflexão envolve um processo mais complexo, que abarque aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos e qualitativos, dentre outros. Esse é um pensamento que busca a totalidade, as interações e a integração para o encontro de soluções aos problemas e aos desafios apresentados no dia-a-dia.

4. A Organização

O Colégio Estadual Professora Angelina Annamaria Cònsolo do Prado – Ensino Fundamental e Médio, localiza-se à Rua Doutor Murici, 3421, Bairro Costeira, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, criada e denominada por parecer da Resolução da Secretaria do Estado da Educação e de acordo com a legislação vigente. O Estabelecimento tem como Entidade Mantenedora o Governo do Estado do Paraná e administrado pela Secretaria de Estado de Educação.

4.1 Descrição geral:

Em 22 de Janeiro de 1996, pelo Parecer n. 227/96 é aprovado o Projeto de Implantação do Ensino de 1º grau, com oferta de 5ª a 8ª séries da Escola Estadual Professora Angelina Annamaria Consolo do Prado – Ensino de 1º grau, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul, tendo como mantenedora o Governo do Estado do Paraná, de forma simultânea a partir do início do ano letivo de 1996.

Em 05 de fevereiro de 1996, a Resolução n. 526/96 cria e autoriza o funcionamento da Escola Estadual Professora Angelina Annamaria Cònsolo do Prado – Ensino Fundamental, funcionamento de 5ª a 8ª serie, nas dependências do CAIC – Professora Etelvina de Oliveira Brito.

Pela resolução n. 19/97 de 09 de janeiro de 1997, é reconhecido o Curso de 1º Grau da Escola Estadual Professora Angelina Annamaria Cònsolo do Prado.

O Colégio iniciou suas atividades com 21 turmas no período da manhã num total de 754 alunos.

Em consonância com o CAIC-Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – Profª Etelvina de Oliveira Brito, que ainda conta com a estrutura educacional da Escola Municipal Rosi Machado Marchesini – Educação Infantil e Ensino Fundamental, cuja mantenedora é a Prefeitura Municipal.

O Colégio atende alunos moradores na abrangência de 1,5 km. A clientela escolar é na sua maioria, formada por crianças de famílias de classe socioeconômica baixa.

Em 27 de junho de 1997, a Resolução N. 2196/97, autoriza o funcionamento

do Curso de 2 Grau – Educação Geral e, em decorrência desta, a Escola Estadual Professora Angelina Annamaria Cònsolo do Prado – Ensino de 1º e 2º Graus.

Atualmente o Colégio Estadual Professora Angelina Annamaria Cònsolo do Prado – Ensino Fundamental e Médio oferta Ensino Fundamental (5ª e 8ª séries) e Ensino Médio (1ª a 3ª séries).

A Equipe pedagógica está formada por Direção Geral, Direção Auxiliar, Pedagogos, Docentes, Agente Educacional I e II, perfazendo o total de 115 servidores.

4.2 Diagnóstico da situação-problema

Há décadas fala-se de inclusão, mas sabemos que ainda está muito difícil de acontecer uma inclusão realmente significativa, pois sabemos que muitas escolas não têm estrutura física, nem profissionais qualificados para atender e dar todo o suporte necessário.

O sistema educacional, ao abrir a possibilidade de crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais, frequentar as escolas de ensino regular, colocou para os gestores e educadores um grande desafio e reflexão, portanto estão se perguntando: quais? de onde? e como? serão adquiridos os recursos necessários para atender esta demanda. Já que as necessidades são muitas e a escola não está adaptada e não possui recursos e verbas destinadas que garantam a qualidade no atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais,

Agora, temos que refletir, as escolas de ensino regular, estão preparadas para essa proposta e com condições financeiras, estrutural e de pessoal para receber essa clientela?

Dessa forma, o grau que se imprime ao processo administrativo de participação, de democracia e de solidariedade é que ampliará as possibilidades de promoção de qualidade no ensino.

5. Proposta

A proposta é de envolver toda a comunidade escolar para a busca de melhorias para a escola em todos os aspectos. Ressaltar a importância de uma gestão democrática, pois a administração se constitui em processo democrático de decisões, envolver o gestor junto à comunidade e órgãos para que todos tenham responsabilidade e compromisso político, há necessidade de uma atuação maior, ter a clareza de que exige numa gestão democrática e coordenação do processo educativo-administrativo, a fim de garantir o atingimento dos objetivos, interesses e necessidades comuns, principalmente dos alunos portadores de necessidades educativas especiais.

5.1 Desenvolvimento da proposta

O envolvimento dos gestores e educadores trata-se de um de um grande aprendizado, que demanda tempo, dedicação, seriedade e muito trabalho. Os meios e os instrumentos a serem utilizados são os centrados nas pessoas com trabalhos coletivos. A pouca experiência democrática de alguns gestores e educadores traz limitações à transformação das escolas. Transformação essa, desde a concepção de educação aos atos e atitudes, estratégias, especialmente as relações sociais internas e externas, sabendo que a responsabilidade não é de um só e sim de todos: pais, professores, gestores, funcionários, comunidade em geral e órgãos públicos, etc.

Sabemos que toda escola deve ter uma missão bem definida, que garantirá a identidade própria, à identificação. Objetivos, valores e compromissos precisam ser compartilhados pelo conjunto organizacional, pois, com certeza, surgirá uma equipe comprometida que buscará em outros setores os recursos que escola necessita para atender a demanda e os portadores de necessidades educativas especiais com qualidade.

5.2 Plano de implantação

Verificar com os gestores a possibilidade de implantar um programa de participação efetiva dentro da escola, através de uma gestão democrática

participativa, em que a comunidade junto com professores e demais funcionários, possam discutir diversas situações em geral.

5.3 Recursos

Diante das dificuldades e falta de recursos disponíveis, temos que trabalhar com o que temos no momento, ocupar o espaço disponível, fazer um levantamento dos materiais que serão utilizados e que demandam aquisição imediata como: áudio-livro, jogos, livros, computadores e móveis adequados para as salas de aula, biblioteca e laboratórios.

5.4 Resultados esperados

Para tal realidade se concretizar, é necessário que sejam valorizadas todas as esferas da natureza humana e social, haja vista que há um descompasso entre a demanda da escola e a disponibilidade de recursos o que exige do gestor a articulação necessária para saber ouvir e de fazer ouvir, não apenas aceitar a opinião dos outros, mas sobretudo, de incentivá-lo a envolver-se no processo na busca de melhorias. Não se resolve nada sozinho, mas se consideram as decisões como responsabilidade de todos. Tais necessidades exigem de todos a valorização do que se tem, buscando sempre mais, melhorar, avançar e progredir. Aumentar os recursos físicos, pessoal, estruturais, bem como planejar as ações de acessibilidade física como rampas e elevadores, sinalização tátil em paredes e no chão, banheiros adaptáveis, carteiras, mesas e cadeiras adaptadas. Para tanto, é preciso uma visão administrativa com abordagem, ao mesmo tempo, interativa, sistêmica e com grande sensibilidade às diferenças pessoais ou singulares dos sujeitos.

Os resultados almejados com o desenvolvimento do projeto é possibilitar a inteiração da escola, comunidade, Município, Estado, bem como estudar a viabilidade em desenvolver parcerias ou apoio com empresas privadas na captação de recursos financeiros.

5.5 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Nem todos estão disponíveis a enfrentar as mudanças e avanços do dia-a-dia. Por isso serão encontradas algumas barreiras que dificultarão o trabalho, até porque envolve órgãos públicos, políticos e que desempenham suas funções em consonância com a Lei, o que faz com que os processos ocorram com certa morosidade, além de burocráticos o que requer dos gestores uma certa dificuldade em relação ao cumprimento das metas estipuladas.

Riscos e conflitos constituem-se num desafio constante na vivência da participação da comunidade escolar no processo educativo.

A transformação social, entretanto ausente, talvez pelo comodismo, resistência a mudanças, implicarão em lidar com desafios e conflitos, o que impedirão, de certa maneira, a execução e renovação das estruturas e das condições de melhorias para a escola.

6. Conclusão

O que dá vida à escola são as pessoas, os sujeitos que assumem a construção de uma prática transformadora. E para que isso aconteça é necessário considerar a estrutura organizacional da escola. Promover estudos prévios pela equipe de gestão com os demais funcionários, reuniões, organização de comissões, elaboração de questionários à comunidade escolar, envolvendo professores e funcionários, pais e comunidade.

Ao assumir este trabalho, foi necessário ter a clareza de que não é fácil alcançar determinados objetivos, significando transformação e revolução. Por isso é necessário ter a consciência das dificuldades a serem encontradas, mas acreditando, primeiramente no potencial humano, no diálogo, no debate, discussão e no sonho, na busca do crescimento pessoal e comunitário.

Hoje, em discussões sobre formas de administrar, a participação está sempre presente, tomando espaço, apesar de muito lentamente, junto a valores atuais como flexibilidade, tolerância com as diferenças, relações mais igualitárias, justiça e cidadania.

Buscou-se várias formas de envolver toda a comunidade escolar, num trabalho significativo, de bem comum, onde aos poucos, todos estão se envolvendo com a causa e contribuindo com sua participação. Várias sugestões foram dadas, houve um comprometimento, visão de que só e chegaríamos onde queríamos se houvesse um trabalho permanente, pois a necessidade não seria apenas para suprir as necessidades deste momento. A escola é para toda a vida e não para atender os que necessitam nesse momento, mas sim todos que ainda estarão por vir.

Por este e outros motivos o trabalho não será fácil, a luta continua, bem como deve ocorrer com o comprometimento de todos. Devem ser proporcionadas também atividades que envolvam constantemente toda a comunidade escolar, seja em atividades culturais, estruturais e até organização da escola, gestão, participação, condições objetivas de trabalho, gerenciamento de recursos financeiros, a participação constante da escola e a comunidade.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SESP, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUFFA, Ester; ARAUJO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e Cidadania – São Paulo: Cortez, 2.000.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce - Uma Introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GRANJEIRO, Vilson J.; CASTRO, Robinson de. Administração Pública. Brasília – Distrito Federal, 1996.

GADOTTI, M. et. Al. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre. 2000.

REZENDE, DENIS ALCIDES; CASTOR, BELMIRO VALVERDE JOBIM. Planejamento Estratégico Municipal – Empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

SCALDAFERRI, P.M; GUERRA, L.B. A inserção da neurobiologia na educação. SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.10.2.2002. Belo Horizonte: Anais, 2002.